Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

VIOLÊNCIA

Juíza não vê tortura em homem amarrado

Ao converter prisão em flagrante por preventiva, magistrada considera não "ter havido maus-tratos"

» ÂNDREA MALCHER

A juíza Gabriela Marques da Silva Bertoli, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), converteu, ontem, a prisão em flagrante para preventiva do homem negro, amarrado pelos pés e pelas mãos por dois policiais militares, após uma abordagem na Vila Mariana, Zona Sul da capital paulista. Na decisão, a magistrada afirma que "não há elementos que permitam concluir ter havido tortura, maus-tratos ou ainda descumprimento dos direitos constitucionais assegurados ao preso".

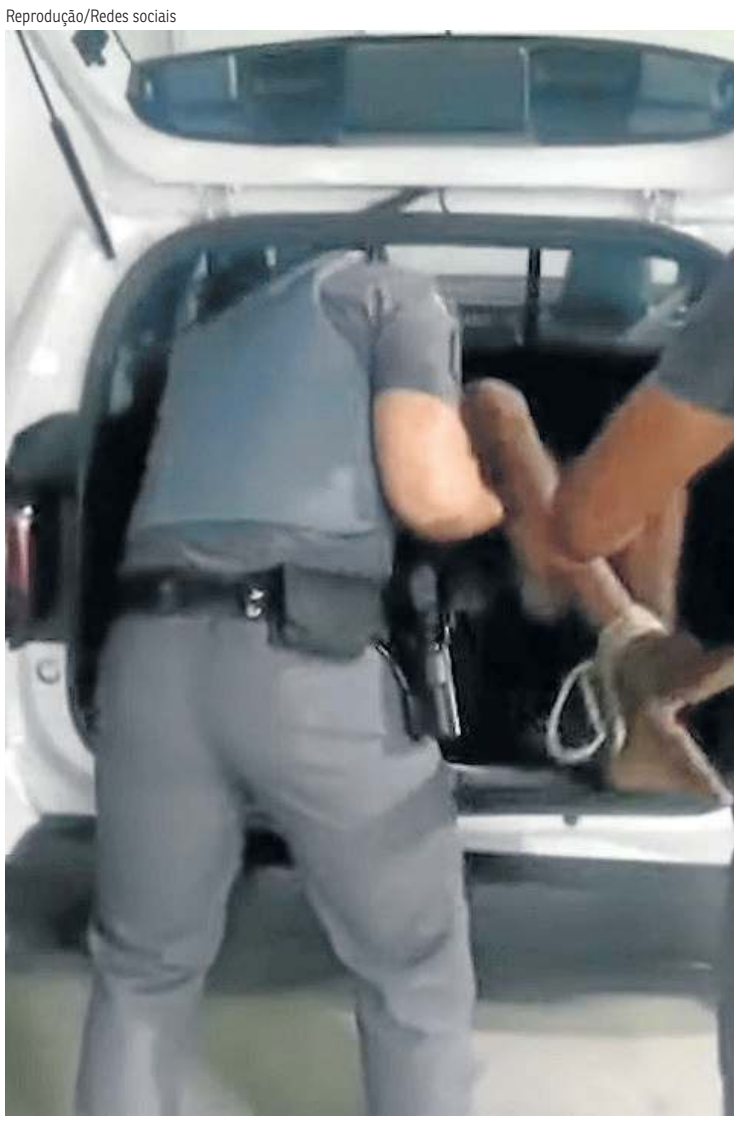
Para a juíza, o homem, de 32 anos, que aparece manietado no vídeo divulgado pelo sociólogo Paulo Escobar e pelo padre Júlio Lancellotti estaria cumprindo pena em regime aberto por roubo, quando foi preso no domingo. "Quebrou a confiança que lhe foi depositada pela Justiça Criminal, considerando que se encontrava no regime aberto para o cumprimento de pena, situação em que deveria ficar longe de quaisquer problemas com a lei. Em vez de aproveitar a oportunidade de se manter em liberdade, foi detido em flagrante pelo cometimento de crime", salientou a magistrada na decisão.

Reprodução/Redes sociais



PMs levam suspeito amarrado pelos pés e pelas mãos da unidade de saúde

Reprodução/Redes sociais



Manietado, o homem é colocado na viatura para ser conduzido à DP

Polêmicas

Esta não é a primeira decisão da juíza considerada controversa. Em 2021, o casal Paulo Roberto da Silva Lima, conhecido como Galo — chefe do grupo Entregadores Antifascistas de São Paulo —, e a mulher, a costureira Géssica Silva Barbosa, foram presos por incendiar a estátua do bandeirante paulista Borba Gato como um protesto ao que o ativista definiu na época como uma homenagem a um "genocida e um abusador de mulheres". Géssica, porém, não participou do ato e, contrariando decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a juíza negou o alvará de soltura de ambos e os manteve detidos.

Na época, a defesa do casal enviou uma petição à juíza apontando três decisões de Gabriela em casos cujos acusados não possuíam antecedentes criminais. Os advogados alegaram que a magistrada teria uma "certa tendência pelo encarceramento, não sendo possível compreender os critérios decisórios".

A juíza também pediu, em abril, a prisão preventiva de uma mulher que furtou cinco livros infantis no terminal de ônibus do Tatuapé, em São Paulo. Ela estava desempregada e teria levado os objetos para a filha, de 14 anos.

No ano passado, Gabriela acatou o pedido da promotora do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), Daniele Volpato Campos, pela prisão de Riquelme Madeira Antunes, então com 18 anos. Isso porque um homem caíra no golpe do falso encontro por aplicativo e, embora tenha afirmado em depoimento reconhecer a mulher que marcou para vê-lo e as pessoas que o abordaram e o levaram para o cativeiro, de Riquelme teria reconhecido somente a voz.

Outra decisão que chamou a atenção foi quando determinou a exclusão de publicações consideradas ofensivas contra o então governador do estado, João Doria. Na ocasião, ele figurava entre os assuntos mais comentados do Twitter por meio da hashtag *#DoriaCorrupto*.

Indenização de R$ 500 milhões

Por causa do episódio do homem arrastado com os pés e mãos amarrados, a Educafro Brasil, a Pastoral de Rua da Arquidiocese São Paulo, o Centro Defesa dos Direitos Humanos Padre Ezequiel Ramin e o Observatório da Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga entraram com um processo contra o estado de São Paulo. Pedem R$ 500 milhões de indenização, quantia seria, segundo a representação, será "integralmente revertida em favor da população vulnerabilizada".

As instituições pedem, ainda, que sejam afastados os agentes envolvidos em violência; a utilização de câmeras corporais por todos os policiais; a revisão de uso da força na polícia militar; o monitoramento das atividades de segurança; e a formação em programa que vise os direitos humanos. As entidades enfatizam que o responsável por filmar a prisão do homem pode estar sofrendo ameaças, indicando a "urgência de garantir a segurança e proteção daqueles que têm coragem de expor tais abusos".

Já a bancada feminista do PSol na Assembleia Legislativa pediu à Secretaria de Segurança Pública (SSP), de Saúde e à Ouvidoria das Polícias a "apuração de conduta inadequada pelos agentes". Os dois PMs que levam o homem preso foram afastados. Em nota, a corporação lamentou o episódio e afirmou que a conduta dos agentes "não é compatível com o treinamento e valores da instituição".

Imagens

Um relatório da Polícia Civil indica que "eventuais infrações" de agentes da PM estão sendo investigados pela Corregedoria da corporação — mas pede as imagens das câmeras corporais usadas pelos dois que realizaram a prisão. O Ministério Público e a Defensoria Pública endossaram o pedido para que a Corregedoria da PM apure o caso, apontando que o suspeito foi "humilhado e agredido pelos policiais".

O ouvidor das polícias de São Paulo, Cláudio Aparecido da Silva, criticou o procedimento dos policiais. "Eles poderiam, no limite, algemar as pernas dele, não precisaria amarrar e fazer daquela forma amarrar arrastar aquilo é tortura aquilo não é abordagem policial. Tinham outras condições para poder render a pessoa e encaminhá-la à unidade de saúde. Não precisaria ser daquela forma", disse.

Cláudio acrescentou que "as imagens significam uma postura de barbárie por parte daqueles agentes públicos, que não deveriam ter atuado dessa forma em um atendimento a um cidadão, mesmo que em conflito com a lei" **(AM)**

CORPUS CHRISTI

Tapetes de sal cobrem o país

» ISABEL DOURADO*

Os tradicionais tapetes coloridos de sal, confeccionados por fiéis em celebração ao dia de Corpus Christi, se espalharam, ontem, pelo país. São Gonçalo, na região Metropolitana do Rio de Janeiro, exibiu o maior da América Latina, com 2km de extensão. Mais de 6 mil voluntários montaram o tapete, que demandou 50 toneladas de sal, borra de café, pedrarias, tintas e serragem.

Houve outros festejos pela data no Rio de Janeiro. Na Basílica de São Sebastião, na Tijuca, zona norte da cidade, um grupo de artesanato confeccionou um dos tapetes da tradicional Igreja dos Capuchinhos. No centro, fiéis e voluntários participam das festividades na Igreja de Santana e na Catedral de São Sebastião, onde às 17h foi celebrada a missa pelo Corpus Christi e apresentado, pelo quarto ano seguido, um tapete inter-religioso feito por membros de mais de 20 religiões diferentes — para celebrar princípios como liberdade e respeito à diversidade.

A montagem mobiliza fiéis, turistas e moradores sobretudo em Minas Gerais, onde as cidades nas quais o Barroco brasileiro tem forte presença — como Ouro Preto, Sabará, Mariana, Tiradentes e São João Del Rei — exibem a arte dos tapetes de sal e serragem. Por Ouro Preto, a prefeitura calculou que aproximadamente 25 mil pessoas passaram pelas suas ruas para celebrar o Corpus Christi. No caso de Mariana, a estimativa foi de 10 mil.

Em Santa Catarina, os tapetes alegraram o dia dos fieis em Florianópolis, Joinville e Blumenau. Em Curitiba, por quase 2km, foram montados mais de 100 tapetes, confeccionados por paróquias, congregações e movimentos que compõem a arquidiocese da capital paranaense.

Os tapetes coloridos tiveram origem em Portugal e foram trazidos para o Brasil durante a colonização.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Douglas Magno/AFP



Devota ajuda na montagem de um dos tapetes exibidos em Mariana

TRÁFICO

Arquivo/Polícia de Bali



Advogado de Manuela considerou pena um "milagre"

Brasileira pega 11 anos de cadeia na Indonésia

A brasileira Manuela Vitória de Araújo Farias, de 19 anos, foi condenada a 11 anos de prisão por tráfico de drogas, na madrugada de quinta-feira, na Indonésia. Os advogados comemoraram o que consideraram um "milagre" — a pena branda para esse tipo de crime. No país asiático, tentar entrar com algum tipo de tóxico é crime gravíssimo, muitas vezes punido com prisão perpétua e até pena de morte. Em 2015, dois brasileiros foram executados após condenação à morte por esse crime.

De acordo com o advogado Davi Lira da Silva, que atuou no Brasil pela defesa da jovem, o acórdão dado pelos três juízes que participaram no julgamento agradou à família de Manuela — o pai mora no Pará, onde ela nasceu, e a mãe em Santa Catarina. "Embora estivéssemos confiantes, depois que o Ministério Público pediu que ela fosse condenada a 12 anos, havia a expectativa de uma pena mais alta. A decisão é histórica, pois mostra que a Indonésia está a caminho de humanizar a aplicação da justiça", disse.

Segundo o advogado, além do crime de tráfico pela lei de narcóticos vigente no país, Manuela teve aumento de pena por incorrer em crime previsto na lei de psicotrópicos. Ela levava para uso próprio cinco comprimidos do medicamento clonazepam, proibido naquele país, para tratamento de crises de pânico e ansiedade.

A pena dada à jovem inclui o pagamento de 1 milhão de rupias (R$ 331,75) em multas. A brasileira cumprirá pena em regime fechado. O advogado calcula que, com a possível progressão de regime, ela deve ficar na prisão de seis a sete anos.

Manuela foi presa em 31 de dezembro do ano passado, ao desembarcar em Bali com duas malas levando 3,6kg de cocaína. A jovem trabalhava com vendas de perfumes e lingeries em Florianópolis e, segundo o advogado, foi cooptada por uma quadrilha de traficantes. Eles teriam oferecido um curso de surfe à jovem, na paradisíaca ilha indonésia, caso ela viajasse levando uma encomenda.

Dois casos anteriores de brasileiros flagrados com quantidade significativa de drogas na Indonésia resultaram em execuções. Em maio de 2015, o paranaense Rodrigo Muxfeldt Gularte, então com 42 anos, foi morto por fuzilamento após mais de 10 anos preso — em 2005, ele tentou entrar no país com 6kg de cocaína escondidos em pranchas de surfe.

Em janeiro de 2015, o carioca Marco Archer Cardoso Moreira, de 53 anos, flagrado com 13kg de cocaína na estrutura de uma asa delta. Também foi fuzilado.